

Plenária das Delegadas a II Conferencia Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Raimundinha Damasceno
Assessora da SPM

A SPM agradece o convite para participar da abertura dessa Plenária das Delegadas a II CNDRSS e saúda a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do MDA e os membros do CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Para a SPM esta Plenária se reveste de um grande simbolismo para o empoderamento das mulheres rurais. Porque essa Plenária das Delegadas à Conferência que se inicia nesta semana está organizada de **forma paritária entre mulheres e homens**.

Seguramente este é um fato inédito no âmbito da organização das conferências, que o Governo Federal vem organizando desde 2003. A realização de conferências faz parte da forma de fazer política desse Governo que se comprometeu no seu programa de governo em incluir a participação popular no desenho e monitoramento da política pública e vem realizando esta política na última década. Ressaltamos que todas as etapas preparatórias dessa II CNDRSS foram organizadas com a participação paritária de mulheres e homens. Que esse exemplo se multiplique pelo Brasil afora e que daqui para frente nenhuma Conferência seja mais organizada **sem paridade entre mulheres e homens**.

A participação das mulheres na produção material da vida e sobretudo desde o início da construção humana do saber e da prática da agricultura foi determinante para a espécie humana. No entanto, esta participação das mulheres foi apagada pelo patriarcalismo que reduziu o reconhecimento social apenas para o trabalho produtor de valor.

Para a SPM é crucial que seja visibilizada a condição de protagonista das mulheres rurais na sociedade brasileira. Para isso é preciso assumir publicamente a necessidade libertadora de abolir as práticas patriarcais que oprimem as mulheres, particularmente das mulheres rurais, do campo, da floresta e das águas. Mas esse protagonismo feminino necessita ser ressaltado e para isso precisa-se visibilizar o trabalho de todos os membros da família em todas as suas dimensões.

Rasgar o véu que invisibiliza o trabalho das mulheres no mundo rural. Tenho certeza que este é o objetivo das mulheres aqui presentes: agricultoras familiares, assentadas da reforma agrária, camponesas, quilombolas e comunidades tradicionais que junto com representantes do poder público e da sociedade civil organizada vão passar a limpo as políticas governamentais para o setor e planejar o Brasil rural e seu papel no desenvolvimento nacional. O Brasil que queremos deve reafirmar o conceito de desenvolvimento rural, o qual tem sua

centralidade no respeito à vida humana, tanto na grandeza como na diversidade que a caracteriza e dessa forma conquistar os objetivos do desenvolvimento sustentável e solidário apregoado no mundo inteiro.

A SPM orgulha-se do cumprimento das políticas aprovadas pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no que se refere às mulheres do campo, da floresta e das águas. Estas tratam de igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do desenvolvimento sustentável e do direito a terra.

Estes grandes eixos do PNPM definem o compromisso da SPM com a proposta aprovada na Conferência Setorial Nacional de Mulheres Rurais, realizada em julho deste ano e que será apresentada nesta II CNDRSS.

A SPM reitera os grandes compromissos inscritos no PNPM com a democratização do acesso a terra e aos recursos naturais para as mulheres rurais. A garantia da permanência das mulheres rurais como titulares da terra nos casos de violência, separação e óbito do companheiro. Efetivação de uma política de financiamento para as mulheres rurais, ampliando o PRONAF Mulher, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) garantindo o selo PNCF Mulher para todas as beneficiárias.

Lutar para fortalecer a participação das mulheres rurais nos espaços de controle e concertação social, tais como participação de no mínimo 30% de organizações de mulheres rurais nos Conselhos da República: CONDRAF, CONSEA e nos conselhos territoriais.

Desenhar políticas para socialização dos cuidados e dos trabalhos domésticos no meio rural, através de ações de educação infantil nas escolas Família Agrícola e Casa Família Rural. E continuar agressivamente uma política de combate e prevenção à violência contra as mulheres rurais.

Estes compromissos enumerados acima vêm sendo no cotidiano da SPM realizados: a proposta feita pelo Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta – coordenado pela SPM e integrado por representantes do Governo Federal e da sociedade civil organizada – para estabelecer uma política de atendimento aos milhões de mulheres que vivem no interior brasileiro e sofrem violências domésticas e não tem o atendimento adequado que propicia a Lei Maria da Penha como é o caso das mulheres urbanas. Para combater o isolamento que caracteriza a vida rural a proposta do Fórum foi fazer a Lei Maria da Penha chegar até elas. Para isto o Fórum desenhou uma política de equipar **Unidades Móveis** com as ferramentas necessárias para a prevenção e o combate à violência nas localidades longínquas do Brasil profundo.

A SPM foi à luta e uma frota de Unidades Móveis está sendo entregue as Unidades da Federação, duas para cada Estado brasileiro. Com orgulho afirmamos que já foram entregues

as Unidades Móveis dos estados: Paraíba, Goiás, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e do Distrito Federal. Até dezembro estão agendadas as entregas de treze estados e seis ainda não acertaram as datas de recebimento destas Unidades Móveis.

Em relação à autonomia econômica das mulheres rurais a SPM criou, em 2012 o PRÊMIO MULHERES RURAIS QUE PRODUZEM O BRASIL SUSTENTÁVEL. O objetivo deste prêmio é realçar e divulgar boas práticas de agricultura familiar e campesina realizadas por agricultoras, camponesas, quilombolas na produção rural. O Prêmio seleciona grupos produtivos de mulheres rurais que contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, com o intuito de contribuir para a produção e disseminação de conteúdos que subsidiem o fortalecimento da Política Nacional para as Mulheres com participação e controle social.

O Prêmio na primeira etapa seleciona as trinta melhores experiências, estas são visitadas pela Comissão Julgadora e finalmente são escolhidas as dez melhores. O Prêmio é vinte mil reais para as dez melhores experiências e uma estatueta para as finalistas. A Comissão Julgadora foi composta por sete membros, representantes dos seguintes órgãos: SPM, MDA, Ministério do Trabalho e Emprego, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Banco do Brasil. O sucesso desta experiência foi notável. Na edição de 2012/13 inscreveram-se 517 experiências, este número expressivo de inscrições mostra o potencial feminino existente no Brasil que pratica uma agricultura sustentável. Praticamente todas as Unidades da Federação apresentaram propostas e o expressivo número de inscrições demonstra que as mulheres buscam construir experiências agrícolas sustentáveis que respeitam o meio ambiente.

Queremos também sublinhar que o papel ativo do movimento de mulheres rurais que reunido na **Marcha das Margaridas** ao longo desses anos tem travado um diálogo constante com o governo federal para equacionar os problemas de pobreza que assola o campo brasileiro e em particular denunciar a invisibilidade do trabalho das mulheres.